

AUTORIZAÇÃO**AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL****Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0039127/2024-98**

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Sul**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
<ul style="list-style-type: none">- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;- Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP;- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP;- Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas; Supressão de sub-bosque nativo, em áreas com florestas plantadas.	2100.01.0039127/2024-98	NAR de Pouso Alegre
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: ENERGISA SUL-SUDESTE - Distribuição de Energia S.A.		CPF/CNPJ: 07,282.377/0001-20
Endereço: Rodovia Assis Chateaubriand, km 455 + 600 m		Bairro: Vila Maria
Município: Presidente Prudente	UF: SP	CEP: 19.053-680
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: Não se aplica - procedimento ASV-DE - Portaria IEF nº. 83 de 25 de outubro de 2023.		CPF/CNPJ: *****

Endereço: *****		Bairro: *****			
Município: *****	UF: *****		CEP: *****		
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL					
Denominação: Linhas e Redes de Distribuição de Energia Elétrica até 138 kV		Área Total (ha): 15,0000			
Registro: Não se aplica.		Município/UF: Cambuí, Camanducaia, Estiva, Toledo, Munhoz, Itapeva, Senador Amaral, Bueno Brandão e Córrego do Bom Jesus / MG			
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): Não se aplica.					
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA					
Tipo de Intervenção		Quantidade	Un		
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo		8,0000	hectares		
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP		3,0000	hectares		
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP		1,0000	hectares		
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas		2,000	hectares		
Supressão de sub-bosque nativo, em áreas com florestas plantadas		1,0000	hectares		
5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA					
Uso a ser dado à área		Especificação	Área (ha)		
Infraestrutura		Manutenção de Linha e de Rede de Distribuição de Energia Elétrica até 138 kV.	15,0000		
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Bioma/Transição Biomass	entre	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)

Mata Atlântica	15,0000	Floresta Estacional Semidecidual Montana	Inicial	15,0000
Total:	15,0000		Total:	15,0000

7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha	Espécies nativas	38,00	m³
Madeira	Espécies nativas	76,00	m³

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA

Luís Fernando Rocha Borges - MASP: 1.147.282-6

Data da Vistoria: não se aplica, considerando tratar-se de parecer acerca de análise de requisitos estabelecidos pela Portaria IEF Nº. 83 de 25 de outubro de 2023 para emissão de autorização prévia para intervenções em locais ainda desconhecidos.

9. VALIDADE

Data de Emissão: 14/07/2025	Observações:
Validade: 3 (três) anos	<i>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.</i>

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

	Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
				X	Y
	*****	*****	*****	*****	*****

Observação: não se aplica considerando tratar-se de parecer acerca de análise de requisitos estabelecidos pela Portaria IEF Nº. 83 de 25 de outubro de 2023 para emissão de autorização prévia para intervenções em locais ainda desconhecidos.

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

Impactos ambientais

Os principais impactos prováveis, que podem surgir durante as atividades de intervenção são:

Supressão de espécies vegetais de importância ecológica e eventual dano à vegetação remanescente;

Desmonte de microhabitats de fauna e eventuais danos à fauna de baixa mobilidade, além de danos a ninhos e abrigos, afugentamento da fauna;

Alteração topográfica localizada, compactação dos solos pelo tráfego de veículos e arraste de toras, retirada da cobertura vegetal e exposição de solo;

Desestruturação dos solos, carreamento de solo para o interior dos cursos d'água; Descaracterização paisagística.

Medidas mitigadoras

Durante os cortes, remover epífitas com transplante para locais próximos preservados;

Promover a queda dos indivíduos arbóreos, direcionando-os de forma que apresentem queda que danifique o menor número de espécimes; Promover o arraste das toras no menor comprimento possível, sempre na linha de abertura (supressão) da vegetação; No caso de supressão adotar técnicas de afugentamento para fuga espontânea da fauna através de supressão de vegetação nativa de forma sequencial iniciando com a limpeza/remoção de sub-bosque, com instrumentos como foice e facão, seguida de retirada com motosserra (cortes de troncos, empilhamento, remoção da galhada) e somente depois, quando necessário, a intervenção ambiental poderá ser efetuada com uso de maquinário removendo galhadas restantes e folhagens, assim como destoca e revolvimento de terra para limpeza, sendo que animais da fauna visualizados devem ser direcionados à área de escape (área de vegetação nativa com conectividade próxima a intervenção);

Antes do corte ou poda, as árvores devem ser minuciosamente vistoriadas e aquelas que apresentarem ninhos/tocas devem ser preservadas até o fim do ciclo reprodutivo da ave, quando poderá ser suprimida;

Adotar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo; Deslocamento e/ou revolvimento do mínimo de solo possível;

Construção de terraços ou bacias de captação para acumulação das águas pluviais, quando necessário;

Abrir as áreas visando evitar a erosão dos solos, assim como promover a contenção das partículas que porventura possam ser carregadas para cotas mais baixas do terreno e/ou interior de áreas de drenagem (cursos d'água);

Reabilitação ambiental das estradas de acesso exclusivas, abertas fora da área de utilização pretendida, quando elas não possuírem finalidade futura;

Promover a educação ambiental junto aos trabalhadores envolvidos nas atividades.

Medidas compensatórias:

Não se aplica.

12. OBSERVAÇÃO

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Considerando o aspecto e abrangência do requerimento observa-se conforme informações do IDE - Infraestrutura de Dados Espaciais diversificação de restrições ambientais nas diferentes regiões da Unidade Regional, o que deverá ser observado e analisado pelo requerente antes de implantação de qualquer obra relacionada a análise.	Previamente a instalação de cada empreendimento.
02	Considerando a tipologia do processo em pauta que não há possibilidade de análise de eventuais alternativas técnicas e locacionais o requerente deverá no ato de cada projeto realizar tal avaliação de alternativas quando envolver especialmente intervenção em área de preservação permanente conforme artigo 17 do Decreto 47.749/2019.	Previamente a instalação de cada empreendimento.

03	O material lenhoso nativo extraído somente poderá ser utilizado nas propriedades rurais de origem, não podendo ser transportado ou comercializado. Para reaproveitamento do material lenhoso fora da propriedade rural de origem deverá ser formalizado processo para aproveitamento de material lenhoso.	Não se aplica prazo.
04	Analisar localização da atividade considerando que não estão autorizadas via ASV-DE as intervenções no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral, apenas em sua zona de amortecimento desde que adotados os requisitos da Lei 9985/2000. Nas situações não contempladas pela ASV-DE deverá ser formalizado processo administrativo próprio para intervenção ambiental. Na área de abrangência da APA Serra da Mantiqueira deverá o requerente buscar a gestão da unidade de conservação por meio do ICMBio visando avaliar eventual restrição de zoneamento para a instalação.	Previamente a instalação de cada empreendimento.
05	Conforme artigo 4º da Portaria IEF 83/2023 quando da constituição de faixa de servidão em Reserva Legal, fica obrigada a realocação da Reserva Legal em processo administrativo próprio, antes da supressão de vegetação, que estará incluída na ASV-DE desde que a realocação seja aprovada durante seu período de vigência.	Durante a instalação de cada empreendimento.
06	Apresentar relatório ao final da vigência de 3 (três) anos, ainda que seja solicitado pedido de prorrogação constando: Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do respectivo conselho de classe dos responsáveis pela supressão, classificação e identificações, contendo informações qualiquantitativas, que identifiquem e qualifiquem as áreas efetivamente suprimidas, contemplando extensão e tipologia da vegetação, estudos, fotos, rendimento lenhoso apurado, intervenção em áreas de preservação permanente, além da identificação, localização e quantificação das espécies ameaçadas de extinção e especialmente protegidas. Arquivos geoespaciais dos empreendimentos com áreas do corte / supressão de vegetação nativa / intervenção em APP. Declaração de Procedência de Material Lenhoso referente ao material oriundo da supressão de vegetação, aos proprietários das áreas suprimidas. As informações deverão ser apresentadas por empreendimento e de forma compilada com os totais.	Até 60 dias após vencimento da ASV-DE.
07	Realizar e apresentar juntamente com relatório final os estudos de fauna nos termos da Resolução Conjunta Semad/IEF nº. 3.102/2022, se for o caso, conforme tipologia de empreendimento que envolva supressão para uso alternativo do solo.	Previamente a instalação de cada empreendimento.
08	A ASV-DE não se aplica às tipologias vegetacionais de fragmentos primários e secundários nos estágios médio e avançado de regeneração pertencentes ao bioma Mata Atlântica, conforme a Lei Federal nº. 11.428, de 22 de dezembro de 2.006. Assim, o requerimento em análise se restringe a vegetação de estágio inicial do bioma Mata Atlântica. Portanto, caso haja necessidade de supressão de vegetação nativa referente à Lei o estágio sucessional da formação deverá ser analisado previamente por profissional habilitado que deverá realizar o estudo necessário para tal definição, ressaltando que no caso de interseção de fragmento o mesmo deve ser classificado quanto ao estágio, e não somente o local da passagem caso não exista fragmentação ou impacto sobre o mesmo. A análise deverá compor o relatório final.	Previamente a instalação de cada empreendimento.

09	Conforme artigo 13º da Portaria IEF Nº. 83/2023 ao final da vigência da ASV-DE o requerente deverá cadastrar projeto no Sinaflor com todas as áreas de supressão.	Até 60 dias após vencimento da ASV-DE.
10	De posse das informações constantes no relatório final e ASV, deverá ser recolhida Taxa Florestal complementar, quando houver necessidade, e a Reposição Florestal complementar devida quando couber.	Até 60 dias após vencimento da ASV-DE.
11	Cumprimento de todas as medidas relacionadas a ASV-DE conforme artigo 10 do Decreto Estadual nº. 47.749, de 11 de novembro de 2019, e Portaria IEF nº 83 de 25 de outubro de 2023.	Durante a vigência da autorização.
12	Cumprimento das compensações conforme estabelecido na Portaria IEF nº 83 de 25 de outubro de 2023.	Até 60 dias após vencimento da ASV-DE.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Carvalho de Figueiredo**, Supervisor(a), em 14/07/2025, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **110480863** e o código CRC **70905FA2**.